



Fotos: Dino Santos/2008

Em defesa e fortalecimento da democracia

Igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres

O Dia Internacional da Mulher foi proposto pela jornalista e política alemã Clara Zetkin, em 1910, no 2º Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, na Dinamarca. À época, a militante não sugeriu uma data específica.

Na década de 1970, o dia passou a ser associado a um incêndio em uma fábrica têxtil de Nova Iorque, em 25 de março de 1911, que vitimou 146 pessoas, das quais 125 eram mulheres. Mas foi só em 1975, fruto da luta das mulheres, que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Confira a programação de atividades da CUT/SP e as reportagens especiais dedicadas às mulheres no www.cutsp.org.br



O envelhecimento exige respeito
Pg. 2



Falta de água piora cotidiano das mulheres
Pg. 3



Nenhum direito a menos às trabalhadoras (es)!
Pg. 3



Sem investimentos, violência contra a mulher cresce em SP
Pg. 4



Editorial



Foto: Dino Santos

Democracia e luta são os caminhos para novos avanços

Em defesa e fortalecimento da democracia, com igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres é o mote dos debates da CUT São Paulo para o Dia Internacional da Mulher em 2015. O tema é pertinente, pois, 20 anos após o fim da ditadura e numa democracia reconquistada com tanta luta, vemos, infelizmente, tentativas de desequilibrar um governo eleito e apoiado pela maioria do povo brasileiro.

Não é possível aceitar que os perdedores da disputa eleitoral queiram desestabilizar o país, golpeando a vontade popular, expressa em milhares de votos, e jogando fora o conjunto de avanços e conquistas que tivemos no Brasil. Querem, ainda, rifar a Petrobras, destruindo um patrimônio que é de toda a nação, mas não querem uma reforma política que combata a corrupção

Na última década, as ações do governo federal voltadas às mulheres cresceram como nunca: aprovação da Lei Maria da Penha e de programas para as vítimas de violência; políticas voltadas à saúde feminina e à educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) onde elas são maioria a concluir formação superior.

Autonomia e emancipação também foram ampliadas com prioridade à mulher como beneficiária do Bolsa Família e na titularidade dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida.

Entretanto, é preciso continuar lutando por avanços em outras áreas como no mercado de trabalho, onde as mulheres recebem salários até 30% menores que o dos homens para a mesma função.

Também lutamos para que a licença maternidade de 180 dias seja um direito de todas as mulheres; por mais creches públicas e pelo compartilhamento das tarefas domésticas.

Nessa luta, a CUT convoca a todas e todos a ir às ruas defender a Petrobras, a reforma política e os direitos das trabalhadoras (es) em 13 de março, a partir das 15h, na Avenida Paulista nº 901, na capital. É somente pelo caminho da democracia que teremos novos avanços para maior igualdade, autonomia e liberdade às mulheres de todo o país.

Sonia Auxiliadora Vasconcelos Silva
Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora
Adi dos Santos Lima
Presidente da CUT São Paulo

EDUCAÇÃO

Direito da criança e dever do Estado, creche é essencial à autonomia das mulheres



Foto: Fabio Arantes/PMSF

“Estou tentando na creche pública, mas não há vaga e preciso trabalhar. Até procurei creches particulares, mas é tudo muito caro para um período de só quatro horas e o custo não cabe no orçamento”. O relato de Juliana, mãe do pequeno Akins Samuel, de seis meses, retrata as

consequências da falta de creches vivida pelas mulheres trabalhadoras.

Direito das crianças e um dever do Estado, a creche precisa ser encarada como um serviço essencial à autonomia feminina para que histórias como a de Juliana não continuem angustiando tantas mães e pais. Esse direito também é da mulher, independentemente da mãe trabalhar fora ou não.

A CUT luta por creche pública, de qualidade, em período integral e próxima da moradia. Para que isso se torne realidade, é preciso que toda a sociedade cobre dos poderes públicos maiores investimentos em educação infantil e, das empresas, o direito ao auxílio-creche.

Com tantas tarefas atribuídas à mulher, dentro e fora dos lares, para a CUT também é fundamental colocar em prática políticas públicas de apoio e, ainda, o compartilhamento de responsabilidades que são de toda a família, mas que, na maioria dos casos, recaem somente sobre as mulheres.



Os pais que não conseguem vaga para seu filho (a) nas creches públicas podem procurar a Secretaria Municipal de Educação de sua cidade. Podem, ainda, acionar judicialmente a Defensoria Pública, o Ministério Público ou o Conselho Tutelar mais próximo.

LUTADORAS INVISÍVEIS

O envelhecimento exige respeito!

Políticas públicas às pessoas idosas são necessárias à dignidade

“Somos seres humanos, sujeitos políticos e essa identidade não tem idade, não prescreve. Lutamos pela consciência política ampla”. A afirmação da presidenta da Associação dos Bancários Aposentados do Estado de São Paulo (Abaesp), Maria da Glória Abdo, aponta para uma luta incansável, mas de pouca visibilidade.

No Brasil, o índice de envelhecimento da população cresceu 12,09% nos últimos 10 anos, segundo o IBGE. No estado de São Paulo, enquanto a população de 15 a 59 anos cresceu 0,43% na última década, a população acima dos 60 anos cresceu 3,64%. A expectativa de vida hoje é de 75,44 anos.

Ainda assim, explica a gerontóloga Vanilda Martiniano de Souza, as mulheres são as que vivem mais e em piores condições. “As idosas trabalham em empregos mais precarizados e, se sempre foram donas de casa, ficam sem condições de garantir o próprio sustento porque

acabam recebendo só um salário mínimo”.

Maria da Glória pontua que 70% das aposentadas e pensionistas vivem nesta situação. “É uma vida condenada a uma velhice de carências. Veja que os ajustes dos desequilíbrios fiscais desse momento apontaram exatamente para a Previdência Social, com a MP 664”. (Leia mais na página 3).

Para a presidenta da Abaesp, o caminho é a luta por uma gestão previdenciária com contabilidade transparente e com controle social, que garanta condições dignas aos idosos e aos jovens no futuro.

Vanilda completa dizendo que faltam políticas públicas para todo na velhice, como as de lazer e as que envolvem cuidadores de idosos/os mais fragilizados/os e vulneráveis. “A mulher ganha tão pouco que fica impossível pagar aluguel, medicamentos e comida”, lamenta (Leia mais no site da CUT/SP).

Foto: Ludmila Tavares/CC

EXPEDIENTE: Redação e Administração: R. Caetano Pinto, 575 - Brás - CEP: 03041-000 - Tel: (11) 2108.9162 - E-mail: imprensa@cutsp.org.br. Conselho Editorial - Presidente: Adi dos Santos Lima - Secretário Geral: Sebastião Cardozo - Secretário de Finanças: Renato Zulato - Secretária de Comunicação: Adriana Magalhães - Jornalistas responsáveis: Flaviana Serafim (Mtb 32827) e Vanessa Ramos (Mtb 60878 SP) - Redação: Flaviana Serafim e Vanessa Ramos. Revisão: Maria Helena Domingues - Projeto Gráfico e Diagramação: Maria Dias - Impressão: Bangraf - Tiragem: 50.000 exemplares.



O relatório Envelhecendo em um Brasil mais Velho, do Banco Mundial, prevê que os idosos somarão 64 milhões em 2050, no Brasil, o que representa 29,8% da população



A CUT/SP e seus sindicatos filiados organizaram em 2014 três encontros de jovens e idosos para discutir pautas em comum às duas gerações, avaliar e propor políticas públicas a esses segmentos. Acesse nosso site e fique por dentro das notícias.



CRISE DA ÁGUA

Falta de água em SP altera a rotina e dificulta a vida das mulheres

Empregos em risco, alimentos com preços altos, sobretaxa na conta...

As torneiras de dona Ana, moradora do Jardim Patente, bairro da zona sul da capital, próximo à Heliópolis, secam dia sim, dia não, obrigando a família, que tem apenas uma caixa d'água, a tomar medidas de economia. Em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, dona Filomena, de 76 anos, passa por situação parecida, sendo obrigada a carregar nos braços um saco de roupas para serem lavadas na casa da filha.

Com a crise no abastecimento, o fato é que a vida das mulheres ficou ainda mais difícil, pois muitas têm que mudar a rotina para guardar água para lavar roupa, louça, fazer comida... Nessa dura realidade, o que muita gente não sabe é que o governo estadual de São Paulo (PSDB) tinha conhecimento, há uma década, de que a crise viria. Porém, não houve investimentos nas obras e serviços necessários para garantir o abastecimento hoje.

Em 2004, foi renovada a autorização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) para usar a água do Sistema Cantareira. Na



Foto: Martha SivakCC

época, a empresa assumiu vários compromissos, mas não cumpriu nenhum - um deles era elaborar um Plano de Contingência para situações de emergência e outro eram medidas para reduzir a dependência do abastecimento pelo Cantareira.

E em 2010, o relatório Atlas Brasil (Abastecimento Urbano de Água), da Agência

Nacional de Águas, também recomendava obras imediatas, como o reforço do Sistema Alto Tietê, mas nada foi feito pelo governador Geraldo Alckmin.

Entre as várias consequências desse descaso está a alta dos preços das verduras, frutas e legumes porque o desabastecimento reduz a produtividade no campo. Nas indústrias que dependem de água para produção, o risco de desemprego é outra dura realidade, na qual as mulheres, infelizmente, são sempre as primeiras vítimas das demissões.

E o povo paga a conta? A CUT/SP protocolou, em janeiro último, uma Representação no Ministério Público de São Paulo para impedir que o governo estadual cobre da população o pagamento da sobretaxa no consumo de água. A Central é contra a multa porque, além de ser ilegal, a medida não educa e nem resolve o problema - a cobrança penaliza os mais pobres e os que têm maior poder aquisitivo vão pagar a sobretaxa e continuar consumindo.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Nenhum direito a menos à classe trabalhadora

O interesse econômico não deve prevalecer sobre as conquistas trabalhistas

A CUT e as demais centrais sindicais do Brasil estão alertas desde o início do ano às Medidas Provisórias (MPs) nº 664 e 665, editadas pelo governo federal, em 30 de dezembro de 2014. Entre outros assuntos, elas apresentam novas regras para pensões por morte e acesso a benefícios previdenciários como o seguro desemprego, o auxílio doença e o abono salarial.

As medidas impactam toda a sociedade, mas principalmente as mulheres que ainda são, muitas vezes, donas de casa e dependentes dos maridos. Em caso de morte do companheiro, por exemplo, as esposas passariam a receber a metade do valor da aposentadoria. Sem falar que apenas se tiverem mais de 44 anos é que teriam direito à pensão vitalícia, regra que não existia até então.



Foto: JoseCruz/ABr

A justificativa se dá pela necessidade de uma maior rigidez para que se reduzam custos da Previdência e se combatam fraudes. A CUT, porém, entende que a classe trabalhadora não deve ser penalizada com a retirada de direitos, bandeira que tem defendido em inúmeras reuniões com o governo. No lugar dessas medidas, a Central propõe a taxaço de grandes fortunas.



98,9 FM
São Paulo
93,3 FM
Litoral Paulista
102,7 FM
Noroeste Paulista

Uma nova mídia para um novo Brasil.

rede
BrasilAtual
www.redebrasilatual.com.br

Conheça, leia,
ouça e navegue.





DEMOCRATIZAR É PRECISO

Por um sistema político diferente

Contra a corrupção no Brasil, uma nova Assembleia Constituinte é o caminho para mudanças. Ela permitirá que representantes eleitos/as pelo povo debatam temas e regras para modificar a estrutura do atual sistema político.

Mesmo com a invisibilidade nos grandes meios de comunicação, que ignoram há anos este tema, o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político conseguiu, em setembro do ano passado, quase 8 milhões de votos. Do total, 97,05% foram favoráveis à convocação da consulta.

Essa medida acabará com o financiamento privado e empresarial de campanha, modelo que é a origem da corrupção na política. Permitirá, ainda, uma maior representação no Congresso. Hoje, as mulheres estão sub-representadas no Parlamento. Na Câmara dos Deputados, das 513 cadeiras, elas ocupam apenas 51. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, das 94 vagas, 11 são ocupadas por representantes do sexo feminino.

Existem outras propostas no Congresso, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 352/2013, a "PEC da Corrupção", que defende a manutenção do financiamento privado de campanha política. Por isso, fique atento/a! A proposta que dialoga com a classe trabalhadora é a da Constituinte pela Reforma do Sistema Político.

Por uma mídia plural

O ideal é que todas e todos tenham voz nos meios de comunicação da grande mídia, já que estes chegam de diferentes maneiras aos lugares mais remotos do país. Mas isso ainda é uma realidade distante. Hoje, apenas seis famílias controlam a mídia no Brasil e, por isso, escolhem o que será visto e ouvido.

No caso das mulheres, existe um padrão estético e machista que prevalece nas novelas, propagandas e noticiários de televisões e jornais. Da mesma forma, culturas, raças e etnias não são devidamente representadas.

Por isso, a CUT e diversos movimentos sociais lutam pela aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) da Mídia Democrática, que reivindica um novo marco regulatório que garanta mais democracia e liberdade de expressão.

Para ser protocolado e enviado à Câmara dos Deputados, o Plip precisa de 1,4 milhão de assinaturas (1% do eleitorado nacional), que estão sendo coletadas pela Central e outras instituições que apoiam a campanha *Para Expressar a Liberdade*. Para participar da assinatura online acesse www.paraexpressaraliberdade.org.br



Depois de anos de luta, a Lei nº 12.965, de 2014, conhecida como o Marco Civil da Internet, entrou em vigor em 23 de junho. Mas o que muda com isso? Ela estabelece direitos e deveres a nós, usuários da internet no país. Significa poder usar a internet sem censura ou bloqueio das operadoras. A lei agora precisa de regulamentação, que será feita a partir de debates públicos. Para que a lei seja cumprida, participe dessa discussão no www.participacao.mj.gov.br

LEI MARIA DA PENHA

Descaso e falta de investimentos aumentam violência contra a mulher em SP

A CUT São Paulo integra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa (Alesp) que investiga denúncias de trotes violentos, estupros, racismo, machismo e homofobia nas universidades paulistas.

A previsão é que o relatório final seja divulgado neste mês de março, mas os deputados (as) participantes da CPI recomendam que as investigações tenham continuidade, tamanha a gravidade das denúncias e depoimentos prestados na Alesp. Entre os alvos dos casos está a Universidade de São Paulo (USP), uma das principais instituições de ensino público do Brasil e que enfrenta um desmonte pela falta de investimentos do governo estadual paulista (PSDB).

Mulheres no alvo - A ausência de investimentos também se reflete no descaso com as políticas públicas de combate à



Foto: Marcelo Camargo/ABr

violência doméstica, colocando em risco a aplicação da Lei Maria da Penha em SP.

Há verba liberada anualmente pelo governo federal para enfrentamento desse tipo de violência, mas como as questões da mulher não têm prioridade no governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB), os recursos simplesmente não são utilizados. O resultado é sofrido pelas mulheres de todo o estado, como mostra o quadro com o total de casos registrados em 2014.

Estupros	Lesão corporal	Estupros
916	53.376	60.689

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de SP



Várias medidas reforçam o descaso do governo estadual em relação aos direitos e proteção das mulheres - entre elas, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da qual o governador Geraldo Alckmin quer tirar o direito de licença-maternidade das servidoras concursadas em estágio probatório (período de três anos de serviço público no qual a trabalhadora é avaliada até adquirir a estabilidade de emprego). Ainda, a inclusão da comprovação de virgindade como critério para que candidatas aprovadas em concursos públicos sejam empossadas em determinados cargos.

Mulheres no sindicalismo

Fortalecer a democracia para construir a igualdade, com autonomia e liberdade para as mulheres é o tema do 8º Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora, uma das ações que a CUT São Paulo realiza em março para debater as questões femininas na vida, no trabalho e no sindicalismo (*confira a programação de atividades no www.cutsp.org.br*).

Outro tema do encontro é a paridade, que é a participação de 50% de mulheres e 50% de homens na direção da CUT. Além de colocar a igualdade

de gênero em prática na Central a medida amplia o espaço para as mulheres no movimento sindical. Graças a esse engajamento que muitos direitos têm sido conquistados, mas outros precisam ser garantidos, como a licença maternidade de 180 dias para todas as mulheres. Procure seu sindicato e venha fazer parte dessa luta! Construir um país com desenvolvimento econômico e social, combatendo o machismo e a violência doméstica, só será possível com a participação igualitária de mulheres e homens.

